

O SOCIALISMO E A PRIMAVERA DE LUTAS NA EUROPA

Rodrigo Ismael Francisco Maia¹

Resumo: Neste artigo o foco é expor elementos sobre a Primavera dos Povos de 1848 e o surgimento do socialismo, verificando alguns pontos de compatibilidade que emergem das experiências de lutas da classe trabalhadora. O contexto histórico é uma soma de Restauração dos antigos poderes políticos que haviam caído com a revolução na França, junto de um crescimento econômico focalizado na burguesia e o surgimento do movimento socialista. A partir do caso francês e alemão buscamos observar como as diferentes classes se comportaram politicamente na disputa pelo poder político. Os acontecimentos históricos servem de experimentação política para a classe trabalhadora desenvolver seus próprios métodos de luta, embora a derrota seja o resultado inicial.

Palavras-chave: Restauração Burguesa; Movimento Socialista; Primavera dos Povos;

Abstract: In this article the focus is on exposing elements Peoples Spring of 1848 and the rise of socialism, checking some points of the compatibility that emerge from the experiences of working class struggles. The historical context is a sum of Restoration political powers that had fallen to the revolution in France, with a economic growth focus on the bourgeoisie and the rise of socialist movement. From the French and German cases we seek to observe how the different classes behave politically in the struggle for political power. These historical events serve as a experimentation policy for the working class to develop their own methods of struggle, although the defeat is the initial result.

Key-words: Restoration Bourgeois; Socialist Movement; Spring of Peoples

1. Introdução

No presente artigo queremos discutir algumas características históricas e iniciais do socialismo, no século XIX, bem como da Primavera dos Povos de 1848, a partir das elaborações de Marx e Engels. Alguns dos eventos recentes ganharam também o nome de Primavera, não apenas pela estação do ano em que vem à tona, mas pela aparente semelhança com eventos anteriores, seja a Primavera dos Povos, ou a Primavera de Praga. O fato é que mesmo sem possuir o mesmo conteúdo, o nome explicita uma convulsão social que ocorreu em diferentes países.

No caso em que buscamos expor aqui, os locais de protagonismo são países europeus, os sujeitos são as principais classes do capitalismo, o proletariado, a burguesia e a velha aristocracia europeia. Nos

¹ Estudante, Universidade Estadual Paulista, UNESP- Marília. Este artigo faz parte da pesquisa de Iniciação Científica, com auxílio da FAPESP. Orientação de Marcos Del Roio; e-mail: rodrigomaiacs@yahoo.com.br

acontecimentos de 1848, e mesmo no atual, o fator econômico é de grande importância, mas não o único. A burguesia europeia realizava sucessivas inovações técnicas em consonância com um aprimoramento do Estado a seu favor, o que significava o desenvolvimento de algumas formas jurídicas e de alguns elementos democráticos. Todavia, a aristocracia seguia na contra-corrente desse movimento, tornando-o retrogrado, enquanto que cabia ao proletariado assumir uma outra vertente (HOBSBAWN, 2000).

O processo de desenvolvimento capitalista no início do século XIX é composto de intensas lutas, contraditórias, entre as diferentes classes. A Revolução Francesa havia deixado lacunas a serem resolvidas, ou ainda, era preciso que se definissem quais forças seriam predominantes nas sociedades europeias. O momento da Restauração Monárquica, seria também um momento em que a volta da monarquia em alguns países da Europa estaria combinada com um fortalecimento do poder da burguesia no Estado, daí ser uma Restauração Monárquica-Burguesa. Nesse contexto, o proletariado passa a sofrer não apenas as alterações que o movimento de vida industrial impõe, mas também é a classe que irá sustentar de baixo a pirâmide social capitalista.

Discutiremos o que foi a Restauração Monárquica-Burguesa, para depois adentrar em alguns elementos do movimento socialista europeu e, enfim, na Primavera dos Povos, tomando o caso francês e o alemão como referências para o artigo.

2. Restauração Monárquica-Burguesa

A primeira metade do século XIX foi conturbada em partes do mundo, desde a Europa às colônias da América Latina, onde muitas delas conquistam a independência política, como a Colômbia, Argentina, Chile, México e Brasil. O cenário econômico foi preponderante nesses acontecimentos e nos posteriores, pois a grande burguesia banqueira e industrial anseava o poder e ainda não o tinha. Esse fator, somado com algumas crises mais específicas em cada região e países da Europa serão os desencadeadores de ondas de revolta entre os anos de 1829 e 1834 (HOBSBAWN, 2000: 128).

A oposição entre as partes do Antigo Regime e as que eram favoráveis aos movimentos liberais e nacionais, constituíram igualmente a trama da história das relações internacionais entre 1815 e 1848 (DROZ, 1970: 231).

Na França, Luis XVIII morre em 1824, e é sucedido por seu irmão, *Carlos X*, até o ano de 1830, não cessando as tensões políticas dentro da disputa de classe pelo poder, pois o novo governo prossegue a linha dos marcos da Restauração, impedindo que outras classes além das do Antigo Regime participem do governo, embora ao mesmo tempo burguesia e proletariado na Europa estejam se desenvolvendo organizativamente com grande significância. Desde os tratados do Congresso de Viena, as monarquias não conseguiram impedir o desenvolvimento histórico e nem retroceder nas conquistas da Revolução Burguesa, mas como detinham o poder político, puderam se alçar a partir de ataques feitos com o Estado, como no atravancamento das relações econômicas (impedindo a liberação livre do crédito), na pressão contrária ao crescimento das indústrias, censura na liberdade de imprensa, enfim, medidas de governos monárquicos retrogrados (HOBSBAWN, 2000).

As organizações políticas da esquerda na Europa estão se transformando entre as décadas de 1830 e 1840, de modo que sua composição de classe média (intelectualidade) é contrabalanceada com a adesão da classe operária; um exemplo disso é a Liga dos Proscritos, que se torna a Liga dos Justos e, depois, Liga dos Comunistas. A mudança no caráter das organizações ocorre em acordo com o desenvolvimento industrial, conseqüentemente, da própria classe trabalhadora na Europa (MARX, 1997). As Ligas e os agrupamentos, clandestinos ou não, eram instrumentos de luta dos trabalhadores, principalmente nos grandes centros de produção (GORENDER, 1998).

Uma primeira onda de revoltas, em 1830, dá uma pré-configuração do quadro político que se efetivará em 1848, sendo que nesse primeiro momento a burguesia financeira, ou aristocracia financeira, tinha como oposição política o Estado e a burguesia industrial. A burguesia industrial assumiu o papel de direção política até o momento de 1848, quando há uma inversão do poder dentro da classe burguesa (MARX, 1979: 29). O ano de 1830 decorre das tensões políticas que o Congresso de Viena não conseguiu resolver entre as elites, e também das crises econômicas do sistema produtivo.

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês da Europa Ocidental. A classe de governantes dos próximos 50 anos seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis (HOBSBAWN, 2000: 129).

As transformações políticas não eliminaram por completo o poder autonomo da aristocracia, mas a burguesia fez com que aqueles que quisessem permanecer no Estado, ou no poder, se submetessem às suas novas regras. Já nesses tempos a classe operária aparece mais definida e organizada. Os movimentos socialistas estão se articulando na Europa, como o movimento *Cartista*² na Inglaterra, e as Ligas compostas por intelectuais e operários em alguns países, como Alemanha, França, Bélgica.

O conjunto de contradições não era localizado apenas na França e Inglaterra, embora o capitalismo e suas forças políticas fossem mais evidentes aí; por toda a Europa se alastraram levantes, como na Bélgica, Polônia, Portugal, Espanha, Alemanha (Confederação de Estados) e na Itália (ainda em processo de Unificação)³. A Santa Aliança, resultado da reunião de Viena em 1814, ataca todos os países com insurreições de caráter burguês, sendo que a Inglaterra é o país que sai contra a Santa Aliança nesses eventos.

O choque de relações encontrados tanto pela burguesia como pelo proletariado e camponeses podem ser entendidos nos marcos de uma Revolução democrática-burguesa, pois o movimento operário em geral não levantava as bandeiras comunistas, afinal, seriam desenvolvidas um pouco mais tarde, enquanto isso, as lutas não eram direcionadas plenamente contra o Estado, mas contra o estado de coisas. Mas, se de um lado as conquistas democráticas embora melhoram as condições de vida dos operários no plano ideal político, por outro, a punição pelas rebeliões e as imposições foram severas após 1830. “A revolução

² O movimento possuía alguns eixos centrais no seu programa político: sufrágio masculino, voto secreto, etc.

³ Como no Brasil também houve a Revolução Liberal do Porto.

democrática de 1830 não satisfaz as demandas operárias (ao contrário, a situação do operário francês piorou depois dessa data)” (COGGIOLA, 2008: 3).

Se houve desenvolvimento de elementos democráticos na política, esses ainda foram marcados por serem concessões canalizadas pelas classes dominantes, e mesmo assim em partes, pois para a burguesia 1830 não resolveu o problema, apenas forjou sua aliança com o operário urbano para realizar o mesmo que fez na revolução de 1789: aliança que uniria as duas classes contra o Estado aristocrático, mas que em seguida seria rompida devido o próprio antagonismo existente entre os interesses destas. A burguesia democrática e radical ainda não tinha condições de acabar com a monarquia, embora tenha conseguido deitar no chão o absolutismo e em seu lugar levantar um governo monárquico-burguês.

Para o proletariado as conquistas não são pontuais, são históricas: a repressão que se seguiu sobre essa classe fez surgir em diferentes locais as revoltas de tecelões, impressores, trabalhadores de indústrias, etc., o que significa o desenvolvimento histórico da organização dessa parcela da sociedade em torno de seus próprios interesses, interesses que embora particulares de uma classe. Não pode se perder de vista que o surgimento independente do proletariado organizado ocorreu de modo muito difícil, dadas todas as condições sociais dessa parte da população.

Assim, podemos entender que os anos revolucionários de 1789 e 1830 são momentos decisivos de preparação e *experimentação política* da sociedade para os dias quentes de primavera ocorridos em 1848. As alianças das classes dominantes em 1815 não suportariam por muito tempo as crises econômicas e políticas que repercutiriam socialmente, levando as massas a questionar a nova e desgastada sociedade. Os anos posteriores à crise da Restauração Monárquica Burguesa são dotados de crescimento econômico, expansão de domínios e exploração social que geram miséria popular.

Na Literatura temos condições de adentrar um pouco do cotidiano das pessoas e capturar uma subjetividade que estava diretamente ligada às condições definhantes da sociedade em geral, condições de desigualdade e de declínio de expectativas, misturadas com a força repressiva do Estado, como aparece no livro *Os Miseráveis*, obra de Victor Hugo publicada em 1862. A conhecida história do *Corcunda de Notre-Dame*, do mesmo autor, é uma referência que ajuda a ter um fundo ilustrativo para os estudos. Também a história de *Oliwer Twist*, de Charles Dickens, data do momento que tomamos aqui. Na obra, *Os Miseráveis*:

A Restauração foi uma fase intermediária, difícil de definir mas que, em síntese, nada mais era que o anseio da nação para concretizar os grandes ideais pelos quais vinha lutando.

Com a Revolução de 1830 o povo expulsou do poder Carlos X, que retornara ao antigo regime. Confiante no tradicional valor dos Bourbons, o povo aclamou Luís Felipe; este fez então promessas liberais, que a princípio procurou cumprir. Tanto que em 1830 fez redigir a jurou a Constituição (Carta de 1830). Bem depressa esqueceu as grandes promessas. Instalou-se então na França um governo capitalista. O povo sofria fome e, desiludido, começou a conspirar. O rei era fraco e tomava atitudes políticas chocantes. O caso é que todo mundo esperava uma revolução (HUGO, 1964: 102).

Enfim, a Restauração que dura até os levantes de 1830 e 1848, representou uma aproximação política da monarquia com a burguesia, sendo que essa última não saiu totalmente vitoriosa dos acordos, pelo fato das monarquias ainda terem grande preponderância política. A época da Restauração dos Bourbon significou um estancamento da política imperialista de Napoleão e ao mesmo tempo do avanço da burguesia no sistema político

3. Construção do Movimento Socialista

Ao passo que a economia progride na indústria e para a burguesia, a situação da classe operária era bem diferente. As condições de vida e trabalho não eram favoráveis, e as dificuldades de adquirir alimento se agravavam com as crises de produção no campo.

A ideologia do *individualismo* ganha força nesse momento, como artefato tático de fragmentação da unidade da classe operária e da população miserável, dada a lógica do trabalho dividido e especializado na indústria. A individualidade é posta com o trabalho industrial, com a atenuação da divisão do trabalho na sociedade. Somente em 1848 os movimentos que se levantam tomam a *unidade dos trabalhadores* como um elemento chave para a crítica das condições de vida e questionamento do poder burguês.

Os proletários, no entanto, chegam a essa unidade só depois de um longo desenvolvimento, um desenvolvimento em que o apelo ao seu direito também desempenha um papel importante. Esse apelo ao seu direito, aliás, é apenas um meio para fazer que eles se tornem “Eles”, ou seja, uma massa unida, revolucionária (MARX, 2007: 312).

O pensamento socialista é que vai questionar o sentido do modo de produção. Os anos precedentes a 1848 são marcados, no campo socialista, pela elaboração dos *Socialistas Utópicos*, como Fourier, Proudon, Saint-Simon, Blanc, entre outros⁴. A caracterização de socialistas utópicos surge da elaboração de Engels, que irá analisar a história do pensamento socialista relacionando as experiências históricas com as propostas que eram dadas pelos autores desse porte.

É no seio das associações de auxílios mútuos que amadurece lentamente a fórmula sindical. Tais agrupamentos desejam remediar os males profissionais, os acidentes de trabalho, doenças ou mesmo desemprego, por meio de caixas que se alimentam de cotizações (SCHNERB, 1958: 79).

O socialismo, mesmo ainda como teoria, surge num momento em que as contradições sociais avançam sobre as bases de um sistema produtivo que vinha desenvolvendo suas principais forças políticas na relação de trabalho entre aqueles que detém meios de produção e os que possuem força de trabalho, o que

⁴ Outros socialistas da época eram: Étienne cabet, Buonarrotti, Babeuf, Lamennais, Saint-Beuve, Georg Sand, Éugene Sue, Dr. Buchez (DROZ, 1970).

colocava desde então em evidência os limites que estavam dados pela sociabilidade industrial. Além disso, o socialismo já toma de empréstimo o pensamento racional como uma de suas fontes e métodos: o socialismo só poderia ser construído como produto consciente.

O socialismo deve ser visto em seu desenvolvimento histórico e construção no movimento operário; a miséria, difíceis condições e a contradição no processo revolucionário liderado pela burguesia, são fatores ideológicos e objetivos que potencializam a elaboração do programa socialista. Em diferentes países, França, Bélgica, Suíça, ocorrem revoltas dos trabalhadores que se manifestam com o grito de “Quebrai as máquinas”, como no caso dos operários que se insurgiram contra Carlos X em 1830. A organização política do proletariado já se fazia forte desde 1836, com a Liga dos Justos: “A primeira manifestação do internacionalismo operário foi, com efeito, a criação de um agrupamento, em 1836, que teve o nome de Liga dos Justos” (Droz, 1970: 102).

A luta dos trabalhadores contra a burguesia foi a consequência necessária das contradições que, no sistema de produção capitalista, opõem o capital ao trabalho assalariado. Essa luta atravessou diversas fases: as primeiras reações anticapitalistas dos trabalhadores focalizaram os instrumentos da dominação capitalista (as máquinas, as leis contra a "ociosidade", das quais se tentava fugir), para só depois atacarem as próprias relações sociais, de propriedade privada burguesa dos meios de produção, que forneciam sustentação a esses instrumentos. O movimento operário organizado foi o resultado da percepção, pelos trabalhadores, do caráter historicamente irreconciliável das contradições de classe. A própria ideia de *organização de classe*, que surgiu da concentração física e social da nova classe operária criada pelo desenvolvimento capitalista, expressa a ideia de uma luta a longo prazo, onde o que está em jogo é o próprio poder na sociedade, a sua direção política. Através do movimento operário, a luta inicialmente dispersa dos trabalhadores se transformou em *luta de classe* (COGGIOLA, 2008: 11).

Numa diferenciação mais específica, o socialismo era um movimento da pequena burguesia, enquanto que o proletariado passa ao campo da luta comunista. O pensamento socialista passou por esses reveses antes de se fundamentar como teoria revolucionária comunista, e as definições ideológicas dos movimentos revolucionários e as práticas adquiridas pelas diferentes classes nos processos, serão o alicerce do programa político dos comunistas que se formarão ao longo das lutas sociais no século XIX. Há então a diferença entre as ideologias socialistas que se formaram na primeira metade deste século, e o pensamento comunista posterior.

Marx e Engels identificam diferentes tipos de socialismos, no Manifesto do Partido Comunista, como o socialismo reacionário, o feudal, o cristão, o pequeno burguês, entre outros (MARX, 2008). Nesses socialismos, algo de novo e de antigo estariam misturados, ora contra o movimento operário, contra a burguesia e contra a modernidade. Do lado da negatividade, do reconhecimento das forças capitalistas, esses socialismos, em especial o pequeno-burguês,

(...) esmiuçou com grande perspicácia as contradições inerentes às modernas relações de produção. Pôs a nu as apologias hipócritas dos economistas. Demonstrou irrefutavelmente os efeitos destrutivos da maquinaria e da divisão do trabalho, a

concentração de capitais e da propriedade da terra, a superprodução, as crises, o declínio necessários dos pequenos burgueses e dos camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia da produção, a distribuição gritantemente má da riqueza, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos velhos costumes, dos velhos laços familiares, das antigas nacionalidades (MARX, 2008: 49).

Esse socialismo desejava um retrocesso, e a destruição das formas modernas novas. Marx entende que esse socialismo é utópico, pois eram formas políticas que não propunham avançar no sentido da superação, mas muitas vezes retrocedendo à velhas formas. Alternativas foram criadas ao socialismo utópico e demais variantes não revolucionárias. O Partido Comunista na Alemanha data de 1847, organizado como Liga por Marx e Engels, durando até 1852. Nessa situação inicial, os movimentos derrotados, reprimidos, etc., são fundamentais para a construção de algo mais forte; caracterizamos essa fase como um momento de *experimentação política* das classes em que o movimento está se construindo. A cada luta, cada problema colocado para a classe trabalhadora, o movimento como um todo é que absorve as contradições e deve propor suas saídas, pois é cada vez mais amplo e difundido.

Nas obras de Marx e Engels encontramos que o socialismo, ou as demandas socialistas, se tornaram as palavras de ordem dos movimentos de 1848, sendo defendidas por todo setor em luta, independente de sua classe. Esse fato se deve à força das massas trabalhadoras na luta, servindo então de propaganda de um possível interesse em comum das classes; todavia, o movimento socialista foi vencido mais de uma vez pela burguesia, dada sua inexperiência organizativa. Contudo, sua expressão quantitativa e qualitativa ressoaram fortemente em 1848, forçando o reconhecimento do proletariado em luta como uma força indispensável para qualquer transformação, mesmo que a de interesse burguês.

Os socialismos que emergem nesse contexto serão mais desenvolvidos em seu conteúdo pelas experiências futuras, assumindo métodos e formas específicas de lutas, bem como serão atacados fortemente por serem alternativas viáveis ao capitalismo.

Portanto, aqui apenas apresentamos sumariamente alguns elementos dos socialismos que se ligam ao momento da Restauração Burguesa, como contraposição à crescente hegemonia social da burguesia e de sua disputa de poder contra as monarquias. Portanto, o movimento socialista será o grande inimigo da burguesia a partir de meados do século XIX, esse fato deriva da relação que se encontrava entre as classes sociais: para a monarquia, não havia o proletariado, mas o servo, da mesma forma que o proletariado existe em relação a burguesia e também ao Estado a partir do momento em que ela assume a frente desse poder.

4. A Primavera dos Povos - 1848

Sabe-se que Marx data a afirmação do proletariado como classe independente das revoluções de 1848. Embora antes dessa ocasião tenham ocorrido diversas manifestações de trabalhadores, sob a forma de greves e outros movimentos, em que aqueles se agrupavam em associações ou sindicatos organizativamente independentes, e com reivindicações que decorriam de suas condições de vida, e embora a contradição entre

capital e trabalho constituísse a base efetiva das lutas, estas eram travadas no interior dos limites postos por aquela relação (COTRIM, 2007: 60).

Nesse momento é que as classes sociais parecem tomar mais corpo político e a se confrontarem na arena política em busca de seus interesses; o proletariado surge como classe a partir do que antes era a sociedade civil. Assim, buscamos agora verificar um pouco da dinâmica das classes em lutas, a partir de textos de Marx e Engels sobre os processos na Europa.

Então, é preciso questionar: que tipo de crescimento acontecia, e em que termos sociais ele era efetivado, quem se beneficiava, quem era seu responsável? O capitalismo estava em pleno avanço, absorvendo a crise política entre as classes dominante e as crises sociais entre as classes dominantes e as exploradas. O ano de 1848 marca um momento de agudização dessas tensões. A força social que estava se organizando há alguns anos entre os explorados pode se testar nos eventos iniciados com as revoltas de 1848, fragilizando e derrubando diversos regimes, abalando a estrutura política de alguns Estados.

A consciência de classe independente dos trabalhadores ainda não existia em 1789, durante a Revolução Francesa. Na Inglaterra e na França ela passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830 (COGGIOLA, 2008: 1).

Após anos de preparação, o movimento socialista já possuía uma organização conhecida, interior e avançada em termos de selecionar os melhores operários revolucionários; os trabalhadores tinham simpatia pelo socialismo. Ademais, se os socialistas eram a ala mais radical e à esquerda do movimento, não menos ameaçadora ao regime restaurado eram os defensores da democracia. A combinação entre as condições objetivas do âmbito econômico e os fatores subjetivos do regime político aceleram os processos de mudanças históricas, dependendo do nível de organização das classes, o que pode ser exposto como revolta, revolução, ou ainda como insatisfação social, se se apresenta em menor nível explosivo. Os processos revolucionários já haviam começado antes mesmo do estouro generalizado de 1848, como no ano de 1847, em que operários ingleses conseguiram a redução do trabalho para 10 horas diárias (COGGIOLA, 2008).

De modo geral, na Europa, o movimento revolucionário de 1848 não é fruto de descontentamentos individuais, agora, além disso, eles são resultado das condições de uma conjuntura ampla. Condições que revelaram o espontaneísmo das massas contra os laços feudais, contra os governos burgueses (ENGELS, 2008: 166).

4.1 O caso na França

Passamos agora a observar algumas particularidades da luta de classes nos eventos de 1848. Na França, o primeiro momento do processo revolucionário de 1848 é marcado pela fase que ocorre em fevereiro pelo aumento dos protestos por parte da burguesia contra o governo de Guizot, e a repressão não é efetuada pela Guarda inteira, enfraquecendo o poder do Estado, levando a monarquia a ter que renunciar ao poder diante da correlação de forças. O fato da saída da monarquia não pode ser tomado como um evento ocorrido

durante o mês de fevereiro, pois há todo um desgaste anterior dessa forma de governo na França, já que havia um espírito e uma organização dentro das outras classes no sentido de fundar a II República na França e avançar com as conquistas democráticas. Assim, em 24 de fevereiro o Rei Burguês, Luís Felipe, renuncia o trono por não ter mais condições de levar adiante a disputa com as outras forças políticas. O proletariado teria ajudado nesse momento a burguesia a ascender ao poder (COGGIOLA, 2008: 5).

De imediato se instaura um governo provisório da burguesia. A burguesia estava na dianteira do movimento para tomar o poder do Estado, e para isso levava consigo as outras classes, como o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia (desde lumpens, camponeses desarticulados e comerciantes em geral); o fato é que após tomar o poder, a burguesia não poderia realizar as demandas das outras classes, o que levou o processo a não se encerrar em fevereiro. Os protestos posteriores a fevereiro são dotados de repressão burguesa com o Estado. As classes pequeno-burguesas não foram recompensadas pela burguesia, e dada sua desorganização política, não puderam ser uma força oposta significativa, cabendo ao proletariado o papel de combatente de primeira linha.

O Governo Provisório realiza a demanda do voto masculino universal, mas essa conquista, por mais democrática que possa ser, não era a única reivindicação do proletariado, a pauta revolucionária continha também fatores econômicos que colocavam em risco a acumulação capitalista das burguesias europeias, como a redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. O novo Governo da burguesia também cria um imposto sobre os camponeses, o que leva uma boa parte dessa classe a se insurgir contrariamente. Estava dado então que o fato de não haver mais um governo monárquico não implicava o fim da exploração das classes trabalhadoras.

As Assembléias Constituintes que se iniciaram em 1848 não comportavam as necessidades dos operários, sendo que no fim das contas eram expressões do poder do conservadorismo da classe dominante do Estado. O proletariado e o campesinato francês se insurgem, tomando as ruas a partir de junho/julho de 1848, adotando as *manifestações e as barricadas* para combater a burguesia e sua Guarda. Os conflitos nas ruas de Paris são duros, com combates sangrentos e mortes dos dois lados das barricadas (MARX, 1997).

O que conta é a barricada: de fácil construção, trincheira segura para seu defensor, irreduzível ao mero tiro de fuzil, reformável, aliás, em pouco tempo, quebra a marcha da coluna que tenta subjugar o bairro sublevado e permite à insurreição envolver os edifícios públicos que deseja tomar. (...). Quando a revolta triunfa, as perdas são pequenas e, terminada a luta, cessa a matança; ao revés do levante custa às vezes muito sangue e a repressão subsequente enche as prisões e aumenta o número de indivíduos lançados aos caminhos do exílio (SCHNERB, 1958: 87).

A repressão desferida pelo Governo Provisório vai desde as ruas, até aos ataques econômicos do fechamento das Oficinas Nacionais. A batalha resulta em mortes dos dois lados das forças políticas, exilados e perseguições à inúmeros rebeldes e revolucionários. Dessa forma, se consagra o governo da burguesia na França, com a instauração da Segunda República⁵. O cenário social nesse momento já é de supremacia da

⁵ Primeira Republica – 1792- 1804; Segunda Republica – 1848 -1852; Terceira Republica – 1870 – 1940; Quarta Republica – 1946; Quinta Republica – 1958.

burguesia, pela tomada do controle do Estado. O proletariado sai derrotado, tendo a experiência como escola de guerra a sua principal lição histórica retirada do processo. A repressão que repercute após os violentos combates é enorme, principalmente no sentido de desorganizar o proletariado insurreto mandando para o exílio suas principais lideranças.

Desenhado mais claramente o quadro de forças políticas em disputa, com a derrota do proletariado e dos camponeses, a burguesia assume o Estado hegemônico e “representando” a sociedade; a partir disso a separação entre Estado e sociedade é mais clara, bem como a desagregação da ideia de sociedade civil em sociedade de classes. Concluída a repressão, a burguesia organiza eleições para o novo governo burguês, sendo que a figura do sobrinho de Napoleão Bonaparte vence as eleições por maioria de votos, elegendo-se então como Luis Napoleão Bonaparte, com 70% dos votos, em 1848, colocando à margem a ditadura da burguesia (MARX, 1997: 121).

Todavia, os processos de 1848 não foram apenas impulsionados pela burguesia. Essa revolução também contou com um novo ator, o proletariado armado que tentou tomar o poder e imprimir uma *república social*. A participação política do proletariado colocava em cheque toda uma ordem social econômica de exploração, pois ao se por como força política organizada e consciente da totalidade dos acontecimentos, não somente a burguesia era afrontada, como também o Estado passava a ser questionado. Assim, é o início da experiência mais marcante e preparativa para os movimentos do proletariado, como a *Comuna de Paris de 1871*, é também o momento de espontaneísmo das massas que surpreende não somente Paris, mas toda a França e a Europa.

A burguesia encontra suas saídas na conformação de mecanismos dentro da esfera do Estado para conter a efervescência social, como é a formação da Assembleia Nacional, um órgão legislativo e representativo do povo, mas que retirava a possibilidade de participação do proletariado no governo. Além disso, mais ideologicamente, as reivindicações democráticas e os debates democráticos feitos pelo proletariado em seus diferentes mecanismos (imprensa autônoma, panfletos, assembleias e discussões públicas, etc.) foram titulados como devaneios, aspirações idealistas e utópicas. A contra-ofensiva foi energética:

À essa declaração da Assembleia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio (MARX, 1997: 29).

Nos movimentos de combate social, como o de 1848, a derrota pode significar a perda da força social conquistada por um grande momento. Diante da eminente chance do proletariado se apoderar do Estado e modificar a maneira de organização social, a burguesia entende isso como o momento chave para barrar o avanço desse exército de operários, através de repressão policial, perseguição às principais lideranças do movimento, como também com os julgamentos e expulsões.

Para Marx, diferentemente de países como os Estados Unidos da América, onde a estrutura das classes sociais ainda não havia se solidificado e se encontrava diante de “condições modernas de produção”, envolvidas num “febril movimento juvenil de produção material” e intercâmbio mútuo e constante, a “República significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa” (BARSOTTI, 2002: 294).

A república burguesa de junho de 1848 não poderia vir à luz sem uma derrota profunda do proletariado, sem o seu desmantelamento, o que significa que o regime da burguesia não é democrático, embora republicano, pois é um governo minoritário instaurado pela força contra o proletariado e todas as outras classes que tentam se asenhorar dele.

O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2007: 14).

O Governo Provisório da burguesia teve que dar uma nova Constituição, bem como aconteceria na Alemanha, e proclamar o *estado de sítio* para conter as revoltas durante o ano de 1848; econômica e socialmente, a situação pouco mudou, pois as medidas provisórias do Governo Provisório não mudaram as estruturas em suas essências, mas apenas em seus aspectos políticos. A Constituição feita pela assembleia dava plenos poderes ao Presidente e ao mesmo tempo tentava dar à população uma educação moral, algo que não é próprio de constituição, mas da luta.

O momento posterior ao da insurreição de junho, é de disputa entre frações da burguesia, como a ala monarquista, a da alta burguesia e os defensores (d) e o próprio Luis Bonaparte. Essa disputa se deu em torno de ministros internos do governo, a respeito do poder mesmo, dos interesses econômicos particulares. Em dezembro de 1848 estava formado o ministério de Bonaparte, ou seja, de uma fração da burguesia oposta à outra; com isso, a Assembleia, com a liderança desse setor Bonaparte, indicava a necessidade de se auto dissolver, como forma de dar caráter definitivo ao Estado. A eleição (inconstitucional) de Bonaparte como Presidente ocorre no mesmo dezembro de 1848, tendo muito peso a participação dos camponeses nessa eleição, como reação à tentativa de hegemonia das cidades (MARX, 2007).

O tio de Luís, o Napoleão de 1789, já havia criado as condições para o desenvolvimento ultramarino da burguesia francesa, restando à ela a tarefa de se consolidar no poder em oposição à camada feudal. Agora com o golpe-eleição de Luis Bonaparte, o que ocorre é o conflito interno da burguesia pelo poder. O Estado é disputado não só pelas diferentes classes, como também é pelas frações de classe. A luta de classes estava aberta com a junção de pequenos burgueses e operários na Social-democracia. E desde esse momento a social democracia nasce degenerada após as atitudes da pequena burguesia em relação as massas:

A reconciliação foi comemorada com banquetes. Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da

pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a social democracia (MARX, 1997: 54).

A pequena burguesia consiste de uma classe de transição, que depende das condições econômicas e políticas para oscilar entre a grande burguesia ou para as massas proletárias. Seu papel é de sucumbir diante da pressão e da ameaça de sua pequena posse (MARX, 2008).

O Parlamento burguês estava incendiado na França, neste momento. Mas o ataque às massas não estava desorganizado do mesmo modo que a política interna: a retirada do sufrágio, a imposição de leis, etc., mostravam o Estado burguês se fortalecendo sob um dirigente fundado no lumpemproletariado. Com isso, diferentes setores da burguesia, como a industrial, eram levados a romper com seus representantes políticos e a combatê-los por não defenderem até o fim seus interesses. A instabilidade política generalizada abre as condições para Luís Bonaparte se elevar de presidente da república à monarca, num segundo golpe, a paródia de restauração do Império (MARX, 1997: 122). Sinteticamente, Marx diz sobre o período histórico aqui estudado:

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio.

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro (...) (MARX, 1997: 126)

4.2. As classes e a política de 1848 na Alemanha

Na *Alemanha*, os movimentos revolucionários foram bem diversificados em cada uma das principais partes de seu território, como em *Berlim* na Prússia, em *Viena* na Áustria ou em *Frankfurt-am-Main*. A configuração social dessa região era peculiar, e por isso seu processo difere dos outros, pois as classes sociais interagiram a partir dos poderes estabelecidos e não obedecendo à “ordem” das revoluções que estouravam. É importante ter por trás de todo o movimento alemão, que desde antes, duranter Congresso de Viena, já havia um espírito que indicava que a Alemanha deveria ser um Estado e um território unificados, mas dada sua heterogeneidade política, social e cultural, isso era algo difícil de ser realizado pela simples vontade do espírito.

A história alemã, de fato, orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma outra nação anteriormente realizou ou virá alguma vez a imitar no firmamento histórico. Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte das suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contra-revoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram.

Conduzidos pelos nossos pastores, só uma vez nos encontramos na sociedade da liberdade, no dia do seu funeral (MARX, 2005: 146).

Os interesses eram distintos entre as classes. Se na França pudemos encontrar uma burguesia poderosa e um proletariado armado e pronto pra combater, na Alemanha isso era apenas algo ideal. Concretamente, a subjetividade da maioria da população, perpassando as classes, era muito atrasada em relação àquela encontrada nos franceses e ingleses, pelo fato das regiões que compunham a Alemanha serem fechadas política, econômica e culturalmente para o restante do mundo, ter uma imprensa castrada e um ensino dominados pelos Estados – elementos que não permitiam a circulação de ideias livremente. Assim, o choque entre as classes será revolucionário, porém seu movimento não tão agudo.

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação? Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral (...) A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2005: 155).

As camadas sociais na Alemanha eram complicadas, e acabaram por se definirem politicamente com a tomada de posição da intelectualidade e da classe média. O proletariado ainda estava em formação junto do desenvolvimento industrial. A característica alemã é a seguinte: em sua maior parte territorial não possuía uma burguesia politicamente forte e nem economicamente, mas por outro lado, a classe média comerciante muito numerosa, acabou adquirindo força social como nenhuma outra classe. Nos momentos de maior tensão social, a classe média assumiu o programa político da burguesia, levantou as necessidades da burguesia como suas, e atuou no Estado para ela.

O sentimento antigoverno era impulsionado pela classe média; essa classe era a que, dentro dos limites impostos pela monarquia (na política) e pela burguesia (na economia), a que mais realizava intercâmbio com outras nacionalidades, desde comercial econômico, quanto de ideias, pois em seu país não havia veículos livres de informação – toda formação e informação eram dominadas pelo Estado, desde o Prussiano, até o Austríaco: jornais, livros, escolas e universidades eram controlados (ENGELS, 2008).

Porém, a força política levada pela classe média em nome da burguesia com o sentimento antigoverno não era predominante, as alas mais conservadoras, agrárias de latifúndio, aristocratas, desejavam restaurar o absolutismo em toda sua força, reavivando a força da nobreza. A figura de Frederico Guilherme não era a mesma de Luís XVI (o rei burguês), já que o fato de não existir uma burguesia tão forte quanto a francesa na Alemanha, colocava outras tarefas para esse monarca, bem como essa condição lhe dava inimigos historicamente diferentes.

As classes médias já começavam a se preparar para um levante contra o política do Rei, o espírito na Alemanha indicava que a situação deveria ser modificada. As classes médias vão buscar apoio social,

político e militar nos operários e camponeses, unificando politicamente as classes contra a monarquia e a nobreza, com discursos socialistas (uma tática para aglomerar as classes trabalhadoras em volta da luta pelo fim da monarquia).

Os alemães já tinham experiências de levantes operários e sabiam do poder que essa classe tinha; como no caso do levante na Silésia de 1844, em que os operários se voltam contra a burguesia, o que impulsionou a propaganda socialista – protestos, greve e revolta que foram massacradas pelas tropas do rei (ENGELS, 2008: 188). Revoltas desse tipo ocorrerão novamente em 1847, o ano da fome na Europa. Assim, existiam três forças políticas distintas na Alemanha:

Não havia, então, na Alemanha, um partido republicano separado. As pessoas ou eram monarquistas ou constitucionalistas, ou socialistas ou comunistas mais ou menos claramente definidos (ENGELS, 2008: 189).

A classe média acreditava que com a emancipação da burguesia ela também se livraria dos limites colocados pelo regime. E essa situação não era apenas prussiana; na Áustria o governo de Metternich colocava a região sob seu domínio, desde os tempos de Viena (1815), embora não tenha conseguido evitar que os levantes de 1848 atingissem seu reino.

De modo geral:

Em 24 de fevereiro de 1848, Luís Felipe foi expulso de Paris e proclamada a República Francesa. Em 13 de março seguinte, o povo de Viena derrubou o poder do príncipe Metternich e o fez fugir vergonhosamente do país. Em 18 de março, o povo de Berlim pegou em armas e, após uma luta obstinada de oito horas, teve a satisfação de ver o próprio rei render-se às suas mãos. Levantamentos simultâneos, de natureza mais ou menos violenta, mas todos com o mesmo sucesso ocorreram nas capitais dos pequenos Estados da Alemanha (ENGELS, 2008: 207).

Esse processo revolucionário, em termos políticos, deve ser visto num primeiro momento como uma associação entre as diferentes camadas da burguesia, classe média, camponeses e operários para a derrubada de governos detestados. Num segundo momento, a situação já não é de aliança, e daquelas três forças políticas, as duas principais restantes voltam-se uma contra a outra. Essa situação aparece como tática revolucionária necessária para derrubada de governos retrógrados, como os que haviam na Europa.

Cabe notar que o proletariado da Alemanha, bem como de outros países, se armou nessa jornada de levantes, e mais, teve apoio ativo da camada de estudantes, que compunham o verdadeiro exército revolucionário junto dos operários, essa aliança operária- estudantil se fez em outras ocasiões logo após as conquistas de algumas liberdades, quando a classe média tentou se estabilizar no governo representando a burguesia, atacando os operários e os projetos políticos por democracia.

Assim, a união interna da burguesia, e dela supostamente com a monarquia, resulta no governo da Assembleia de Frankfurt, numa suposta tentativa de representação das classes no poder, o que era

contrário às forças reacionárias que consideravam esse poder como revolucionário. Em diferentes regiões da Alemanha se instauram governos liberais, principalmente em Berlim e em Viena, cidades dos dois principais reinos da Alemanha, algo muito adverso das características feudais desse país. Mas o caráter desse governo é distinto dos anseios operários, e qualquer movimento um pouco mais rápido e brusco assusta as direções do governo liberal da burguesia e da classe média, o que a empurrava para optar ou entre a restauração do governo feudal ou a iniciativa do republicanismo.

A proclamação do governo da Assembleia Nacional de Frankfurt era uma posição encontrada pelas classes médias para combater o regime reacionário e ao mesmo tempo se representar no governo ao lado da burguesia. De imediato as monarquias não quiseram aceitar esse tipo de governo, se contrapondo às leis criadas por esse organismo; quadro que se revertia a favor das classes médias de acordo com o nível da insurreição dos operários e camponeses. Em suma, A burguesia tinha a classe média ao seu lado, embora não fosse seu objetivo se aliar diretamente com essa classe intermediária; ao mesmo tempo, o objetivo da burguesia alemã era colocar a monarquia novamente no poder, para conter o avanço daquela classe que não possuía ninguém ao seu lado.

O conflito entre governos monárquicos alemães e a Assembleia era inevitável. A constituição imperial estava sendo organizada pela Assembleia para aprovação do rei - era a tentativa de implementação do Parlamentarismo na Alemanha. Mas se entre as classes dominantes havia então um certo conflito, restava por eliminar o movimento revolucionário, que não estava contente com os feitos democrático-burgueses da Assembleia Nacional. Em Dresden, o povo tomou as ruas e expulsou o rei; na Prússia e na Vestefália a defesa era da Consituição contra o rei; no Palatinado, em Baden e no Württemberg a Constituição também era defendida, sendo que em Baden o governo foi derrubado.

A Assembleia Nacional de Frankfurt assumia o papel dirigente em toda região, restando apenas algumas monarquias por caírem ou por aceitarem a constituição. A Assembleia se voltava agora contra os movimentos populares para freiar o avanço político das massas. Mas o poder da Assembleia emergiu a partir das lutas das classes exploradas contra os governos, numa tentativa de centralizar o poder e avançar nas demandas democráticas da população, e se a Assembleia se volta contra as massas, ela se volta contra a principal força política armada fora do Estado. O terror se instala nas classes médias dirigentes, e a virada política deveria se dar contra o avanço do proletariado.

Engels constata que é característico das classes médias o interesse por resolver de imediato suas pendências políticas, quase que independente dos resultados. A pequena burguesia alemã teve papel dirigente, e sua maneira de tentar solucionar os problemas da revolução não estavam formulados anteriormente, mas foram frutos das pressões da classe operária contra as políticas sociais adotadas pela monarquia e pela classe média em acordo com a burguesia (ENGELS, 2008).

Porém, a classe média que dirigiu o início do processo não tinha condições de sustentá-lo. Desse modo, deixou que as tropas da monarquia que tinha derrubado avançassem sobre os insurretos, aniquilando o movimento e sua principal força para a tomada de poder. A classe média ia então deixando o poder aos poucos e rapidamente, sem que se percebesse sua partida (ENGELS, 2008: 295).

Enquanto que o povo armado tentava resistir aos ataques das tropas monárquicas, a burguesia ia passando para a defesa da monarquia, e podia fazer isso, dado seu poder econômico, político e militar. Desse modo, as tropas inimigas avançavam, e o Parlamento alemão concentrado na Assembleia Nacional é desfeito. Portanto, “A insurreição tinha rebentado em maio; em meados de julho de 1849, estava inteiramente dominada e a primeira revolução alemã estava encerrada” (ENGELS, 2008: 294).

Ora, a insurreição é uma arte, tanto quanto a guerra ou qualquer outra, sujeita a certas regras de procedimento que, se forem descuidadas, produzirão a ruína do partido que as descuidar. Essas regras, deduções lógicas da natureza dos partidos e das circunstâncias com que tem de se lidar num tal caso, são tão claras e simples que a curta experiência de 1848 tornaram os alemães bastante bem familiarizados com elas. Em primeiro lugar, nunca provocar uma insurreição a não ser que se esteja completamente preparado para encarar as suas consequências (ENGELS, 2008: 285-286).

Assim, após três meses de emancipação, após lutas sangrentas e execuções militares, particularmente na Silésia, o feudalismo foi restaurado pelas mãos da burguesia ainda ontem antifeudal (ENGELS, 2008: 216).

Após os acontecimentos de 1848 e 1849, a burguesia não sai derrotada tal como a classe média e o proletariado aliado com um setor de camponeses; ao contrário, o momento posterior aos levantes foi de uma industrialização forte e livre, com abertura econômica para a burguesia como não havia antes. O movimento operário é desmontado, com milhares de militantes exilados e os partidos na ilegalidade, a democracia não passara de uma ilusão proclamada pela classe média. A classe média ansiosa por resultados volta ao seu nível de subestimação diante da burguesia; e essa passa a dirigir o Estado ao lado da monarquia no sentido de caminhar para uma unificação do país. Com isso, podemos ter em vista as análises de Marx e Engels sobre um momento da luta de classes, que é a luta entre sociedade e Estado e entre as classes, no processo de formação política das classes na Europa.

O Partido Comunista ou proletário, tal como outros partidos, com a supressão dos direitos de associação e reunião, perdeu os meios de dar a si próprio uma organização legal no continente. Além disso, os seus dirigentes tinham sido exilados dos seus países (ENGELS, 2008: 303).

5. Considerações

Descrevemos algumas particularidades do processo de 1848, principalmente em França e Alemanha, todavia, ele é muito mais amplo e complexo, e também é a partir daí que podemos tomar o marxismo em seu aspecto político concreto, não descontextualizado. Diferentes classes possuem diferentes programas – ao menos projetos individualistas – no âmbito político, e com o entendimento das particularidades das classes é que pode ser possível uma análise sobre a realidade e sua dinâmica de contradições.

A política posterior a 1830 pode ser vista como nova, como posterior à restauração, mas ainda não a completa superação. Socialmente, burguesias e proletariado estão em significativo desenvolvimento e expansão. A França passa por mudanças de governo que expressão a dinâmica da própria transformação social. Ideologicamente, o liberalismo é o que fundamenta o processo de constante tomada do poder pela burguesia.

Nas massas estão disseminadas, ou se disseminando, as ideologias de esquerda, os socialismos. Há o surgimento de Ligas e agrupamentos de luta, instrumentos principalmente de trabalhadores dos grandes centros de produção. Do lado das classes trabalhadoras, a experimentação política é o que há de importante, pois é a partir de alguns embates, traições e avanços e retrocessos que serão retiradas as lições de quais instrumentos e formas de lutas devem ser apropriados para os interesses dessas classes.

Desenrola-se um processo de revolução democrática burguesa, tendo setores da burguesia fomentando uma democracia que fosse sua expressão, mas a presença da monarquia com alguma força, ainda limitava o avanço completo dos interesses burgueses, que agora também se chocavam com os ideais socialistas.

Em contraposição ao Iluminismo, ao individualismo teórico e prático, o ideal socialista crítica a maquinização do homem na produção industrial e na vida comercial, entendendo que a unidade dos trabalhadores é o que pode levá-los a questionar o modo de vida que se implantava. A luta dos trabalhadores é consequência necessária diante das contradições sistemáticas do capitalismo. Data de 1847 a organização de uma esquerda comunista na Alemanha, sendo mostra do fortalecimento da ideologia dos trabalhadores e da definição de classes.

Os choques de 1848, conhecidos como Primavera dos Povos, foram o espaço de luta e de teste da força do movimento de trabalhadores, teste das formas de luta adotadas e do nível de organizações de todas as classes. A conjuntura ampla apresentava condições para que lutas acontecessem, especialmente na França e Alemanha, mas também na Itália, Inglaterra, Bélgica, etc.

As análises de Marx e Engels estão voltadas para essa conjuntura de conflitos sociais, evidenciando ao mesmo tempo uma nova compreensão sobre a realidade, dentro de uma realidade nova. Não é exagero observar que o próprio marxismo é fruto desse momento de lutas, não apenas como manifestação teórica, afinal, Marx e Engels foram alguns dos protagonistas na construção de organizações de trabalhadores, algo que ainda é uma carência mundial para a classe trabalhadora.

6. Referências Bibliográficas

BARSOTTI, P. *Marx: defensor do Estado? O Estado, a Política e o Bonapartismo no pensamento marxiano*. São Paulo. Tese de Doutorado: FFLCH: USP, 2002.

COGGIOLA, O. *O movimento Operário nos tempos do manifesto Comunista*. São Paulo. CEHAL -

PUC, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>>. Acesso em 5/10/2012.

_____. *Da Revolução industrial ao Movimento Operário*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.moreira.pro.br/tema24.htm>> Acesso em 23/10/2012.

- COTRIM, L. *Marx: Política e Emancipação Humana 1848-1871*. São Paulo. Tese de doutorado: PUC, 2007.
- DROZ, J. *De La Restauration a la Révolution 1815-1848*. Paris: Armand Colin, 1970.
- _____. *História da Alemanha*. Mira Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1999.
- ENGELS, F. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. in *A Revolução Antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HUGO, V. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- LÊNIN, V. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- _____. *18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RUDÉ, G. *La Europa Revolucionária: 1789 – 1815*. México: Siglo Veintiuno, 1974.
- SCHNERB, R. *Historia Geral das Civilizações. O apogeu da Civilização Européia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958.